

LEI MUNICIPAL N°19/77 DE 22 DE JUNHO DE 1977.

DISPõE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS APPLICÁVEIS A EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAS, AGRÍCOLAS E COMERCIAIS.

O cidadão LONCINO DA CUNHA, Prefeito Municipal de Jacupiranga, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

ARTIGO PRIMEIRO: O Poder Executivo Municipal estimula-se as atividades industriais, agrícolas, comerciais e turísticas, na forma e dentro dos limites da Lei Orgânica dos Municípios e de acordo com as recursos disponíveis no Orçamento Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para fins de aplicação dos dispositivos da presente Lei e demais normas legais pertinentes, considerar-se-ão empreendimentos industriais, agrícolas e comerciais de caráter prioritário para o desenvolvimento do Município:

I - Os empreendimentos no setor mineral que tenham por objetivo a exploração, industrialização e comercialização da Apatita, Calcário, Dolomita, Marmore, Níquel e Minério de Ferro; II - Os empreendimentos agrícolas que tenham por objetivo a diversificação de culturas agrícolas, implantação de horticultura, racionalização da lavra pelo introdução de tecnologia moderna, aproveitamento de áreas inexploradas e, finalmente, que possam melhorar o padrão de vida do trabalhador rural;

III - Os empreendimentos que tenham por objetivo a exploração do potencial turístico do Município, sobretudo em áreas que vierem a ser declaradas de potencial turístico e venham a ser objeto de interesse para a política nacional de turismo interno e, subsidiariamente, fomentar a prática e apoio a a comercialização de produtos e objetos artesanais confeccionados no Jacupiranga.

ARTIGO SEGUNDO: Sómente poderão gozar dos estímulos a que são vistos e que se refere a presente Lei, os empreendimentos:

I - Constituídas no Brasil, de acordo com a Lei brasileira;

II - Registradas nos órgãos específicos e competentes dos Governos Estadual e Federal, na forma e segundo os processos estabelecidos por esses;

SBJ.

III - Cadastros na Prefeitura Municipal de Jacupiranga, na forma e segundo os processos estabelecidos pelo Município.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Poder Executivo Municipal concederá estímulos e incentivos às empresas que se instalarem com sede e fuso no território municipal.

ARTIGO TERCEIRO: Define-se como estímulos e incentivos a serem concedidos pelo Poder Público Municipal:

I - Seleção de áreas próximas e com acesso às principais estradas municipais, estaduais e federais;

II - Facilidades para instalação de água, energia e obras de saneamento básico;

III - Limpeza da área, inclusive serviços de terraplenagem;

IV - Facilidades na tramitação de documentos e projetos específicos;

V - Isenção de tributos municipais durante a fase de implantação e consolidação do emprendimento;

VI - Assessoria na coleta de dados, escolha das áreas, seleção de mão-de-obra e contatos com entidades, organizações e instituições da região, de Estado e da Federação, auxiliando a elaboração e implantação de emprendimentos e

VII - Capacitação de mão-de-obra local através do "PRODECI - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO INTEGRADO DE JACUPIRANGA", em Convênio com o Ministério do Trabalho.

ARTIGO QUARTO: O Prefeito Municipal, através de Decreto, regulamentará a aplicação da presente Lei.

ARTIGO QUINTO: A presente Lei entrará em vigor à data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Jacupiranga, 22 de junho de 1977.

Longino da Cunha
= LONGINO DA CUNHA =
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA CHEIA DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
AOS Vinte e Dois de Junho de Mil Novecentos e Setenta e Sete

= PAULO ROBERTO PARINELLO =
Serviço de Administração